

Sinais de agravamento da recessão

por José Casado
de São Paulo

As empresas industriais, tradicionalmente, registram "picos" de produção, horas trabalhadas e de contratação de pessoal no mês de outubro para atender aos pedidos do comércio, que costuma vender mais no último trimestre. Neste ano, porém, isso não está acontecendo. Ao contrário, os indicadores estão em declínio.

O que reflete melhor, e mais rapidamente, esse agravamento do processo recessivo é o nível de emprego — o resultado líquido entre contratações e demissões: as estimativas preliminares indicam que a indústria paulista, que é responsável por quase metade do produto industrial do País, deve encerrar outubro com um quadro de empregados reduzido em cerca de 19 mil pessoas, na comparação com aquele que possuía em setembro.

Essa avaliação da Federação das Indústrias do Es-



Paulo Cunha

tado de São Paulo (FIESP), se confirmada, representaria uma queda de cerca de 1% no nível de emprego industrial — a primeira taxa negativa depois de cinco meses seguidos, nos quais o número de contratações superou o de demissões.

O quadro tende a se agravar ainda mais em novembro, observam empresários como Carlos Eduardo

Uchoa Fagundes, vice-presidente da FIESP.

É o mês em que, tradicionalmente, inicia-se a desaceleração da produção industrial. Ela se acentua, de forma gradativa, até o carnaval.

É, também, em novembro que grande parte dos fabricantes de bens de consumo duráveis e de bens de capital encerram suas negociações salariais. No primeiro dia do mês, por exemplo, acaba o período de estabilidade empregatícia (iniciado 30 dias antes da data-base da convenção coletiva) para um contingente de 450 mil operários metalúrgicos, apenas na área da capital de São Paulo.

Desde a segunda quinzena de agosto as vendas industriais, que sustentam o emprego urbano, caem verticalmente. "É uma situação atípica", comenta Uchoa Fagundes. "Historicamente, depois de novembro o nível de atividades caminha morro abaixo: o cenário à frente é, para dizer o mínimo, apavorante."

Há alternativas, julgam empresários como Paulo Cunha, do grupo Ultra. Elas passam, virtualmente, por alguma flexibilização na política monetária, "mais exatamente pela redução da taxa de juros para o tomador final, a empresa industrial ou comercial".

Há indícios de que o governo prepara iniciativas nessa direção. Foi, pelo menos, o que entenderam governadores estaduais como Luiz Antonio Fleury Filho, de São Paulo, em conversa com o presidente da República, Fernando Collor de Mello, e com o economista Francisco Gros, presidente do Banco Central.

"Eles se mostraram sensíveis", resumiu Fleury que esteve com ambos, em Brasília, sexta-feira.

Idêntica impressão teve Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI): "O ministro Marclio (Marques Moreira, da Economia) me disse que o governo vai fazer uma flexibilização na política de juros nos próximos sete a dez dias. Nós estamos com essa expectativa e já nesta segunda-feira vamos levar ao governo algumas sugestões".

GOVERNO

Sinais de agravamento...

por José Casado
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

A ação governamental, na perspectiva dos empresários, deverá de imediato se concentrar sobre aquilo que os economistas chamam de "cunha fiscal" na formação da taxa de juro. Ou seja, reduziria impostos e contribuições incidentes como IOF e Finsocial.

"O problema", sintetiza Paulo Cunha, "está na gigantesca diferença entre a taxa de captação (dos bancos) e a taxa de aplicação (dos tomadores). O banco paga a seu investidor 27% reais ao ano para obter dinheiro. Para o tomador, a empresa, isso vira 80% reais ao ano, pois aí entra o 'spread' do banco mais essa 'cunha fiscal'. A esse custo, a empresa precisa reduzir a produção para escapar à necessidade de capital de giro. E o resultado está aí: temos uma recessão com aumento de preços."

Estaria havendo, portanto, um avanço concentrado como resultado da vigorosa pressão política sobre o governo Collor articulada e operada nos últimos dias por uma autêntica "frente" de governadores estaduais, líderes partidários, empresários e sindicalistas — circunstancialmente unidos pelo impacto da recessão.

O fato de o Banco Central

não ter atuado de forma a forçar muito a alta dos juros nos últimos dias já é um resultado disso — observou o economista Roberto Mace- do, secretário especial para Assuntos Econômicos, em conversa com a editora Maria Clara R. M. do Prado. "Só há um caminho, agora: o do ajuste fiscal e vamos fazer isso para crescer", com- plêto.

Há carência de prioridades, pois a recessão aprofunda-se e a inflação cresce, queixam-se governadores como José Agrípino Maia, do Rio Grande do Norte: "Estamos vivendo uma crise e, em crise, o importante é ter prioridades, o que não está sendo feito pelo governo federal".

Maia, assim como os outros governadores do Nordeste, amarga os efeitos de uma trágica seca no sertão, da recessão sobre sua receita tributária e da inflação sobre suas despesas. Na sexta-feira, recebeu um comunicado de Collor: ele pretende reuni-los, nesta semana, para discutir alternativas emergenciais.

Outros, como Fleury, dedicam-se à montagem de propostas separadas, como a de uma prefixação de preços e salários.

Collor, fundamentalmente, depende da ajuda deles, que têm influência sobre as duas maiores bancadas no Congresso, a do PFL e a do PMDB.